

REQUERIMENTO N° 4, DE 2016 – CAE

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para explicar o processo de deterioração fiscal que o país vive e quais são as medidas que o Governo Federal pretende adotar para estabilizar a trajetória ascendente de endividamento do setor público. Considerando a motivação da audiência pública requerida, recomendo a presença Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, **Nelson Henrique Barbosa Filho.**

JUSTIFICAÇÃO

O processo de deterioração da economia e das contas públicas continua em ritmo preocupante. O anúncio do pacote de medidas fiscais para o controle das contas públicas, cujo objetivo, mais uma vez, de alterar a meta fiscal, foi recebido de forma desastrosa pelo mercado. Pretende-se reduzir, a já revisada meta estabelecida para 2016 de um superávit de R\$ 24 bilhões, para um déficit R\$ 60,2 bilhões.

Esse anúncio, juntamente com a deterioração das condições econômicas, levou a agência Moody's rebaixar a nota do país em dois níveis, com perspectiva negativa. Hoje,

todas as agências de riscos colocaram o país em grau especulativo e, por isso, o país paga mais juros sobre seus títulos negociados. Os economistas brasileiros já começaram a revisitá-los os modelos de sustentabilidade da dívida para checar se o governo precisará dar um calote.

As reformas estruturais, como a da previdência, não têm prazo para serem implementadas. O Ministro da Fazenda falou que iria enviar uma proposta no final de abril. Menos de uma semana após o anúncio, o Ministro da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, disse ao Jornal Valor Econômico que “não garante esse prazo” e que a “previdência é como um transatlântico que faz curva suave”. As ações que observamos o governo tomar refletem a falta absoluta de um senso de urgência para solucionar a crise que assola o país.

O artigo da Revista *The Economist*, do dia 28 de janeiro, utilizou a expressão “dançando junto ao precipício” para se referir à gestão econômica no Brasil. As estimativas do mercado para o endividamento brasileiro revelam um retrato assustador para o futuro. A dívida bruta deve alcançar 80% do PIB em 2018.

Isso significa, que apenas durante a gestão de Dilma Rousseff II, haverá um aumento de 30 pontos percentuais do PIB da dívida da sociedade brasileira. A média do endividamento bruto dos países em desenvolvimento é 44% do PIB. Ou seja, estaremos com quase o dobro da dívida dos países comparáveis ao nosso.

Atualmente, o Banco Central sofre limitações para realizar a política de controle inflacionário devido ao nosso excessivo endividamento. A tese da “dominância fiscal” está

cada vez mais forte e corremos o risco de conviver novamente com “monstros do passado”, como a indexação e elevadas taxas de inflação.

A falta de rumo para o país se torna cada vez mais perigosa no momento em que o mundo encena entrar em uma nova crise financeira. Na China, segunda economia do mundo e forte importadora das commodities brasileiras, os sinais estão cada vez mais claros que há uma bolha de crédito e que deve haver contágios para a economia de todo mundo.

A face mais perversa da crise é o desemprego. Apenas nos últimos 12 meses, 2,7 milhões de pessoas perderam seus empregos e isso é só o prenúncio do que vem por aí. A desocupação continua aumentando e cada ponto percentual de elevação da taxa de desemprego significa, hoje, um milhão a mais de desempregados. São trabalhadores que perdem a oportunidade de viverem de forma digna e honesta.

Esta crise que estamos atravessando trata-se da maior recessão econômica prevista desde 1901, quando foi iniciada a série com dados do PIB. Está claro que os problemas que o país passa são gravíssimos e medidas estruturais precisam ser tomadas urgentemente.

Dessa forma, é mais que oportuno que o Ministro da Fazenda venha para esta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para expor sobre as condições econômicas atuais e a estratégia do Governo para resolver os problemas elencados.

Pelas razões aqui expostas, e pela urgência desse debate, peço apoio dos senhores e senhoras senadores para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 8 de março de 2016.

Senador **RICARDO FERRAÇO**